

IBAMA

PSS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ANALISTA TÉCNICO DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Tecnologia da Informação
- ▶ Ética no serviço público
- ▶ Licenciamento Ambiental Federal

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação Ambiental

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL CONJUNTO N° 1/2025 - IBAMA/INCRA
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025



GRÁTIS
ÁREA DO
CONCURSEIRO



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.

- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IBAMA PSS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Analista Técnico de
Complexidade Intelectual

**EDITAL CONJUNTO Nº 1/2025 - IBAMA/INCRA, DE
11 DE DEZEMBRO DE 2025**

CÓD: SL-061DZ-25
7908433288091

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2.	Domínio da ortografia oficial	12
3.	Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	13
4.	Emprego de elementos de referenciamento, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	14
5.	Emprego de tempos e modos verbais	15
6.	Domínio da estrutura morfossintática do período; Emprego das classes de palavras.....	17
7.	Emprego dos sinais de pontuação	26
8.	Concordância verbal e nominal	28
9.	Regência verbal e nominal.....	30
10.	Colocação pronominal	32
11.	Reescrita de frases e parágrafos do texto	34
12.	As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas; A pragmática na linguagem: o significado contextual	35
13.	Aspectos gerais da redação oficial; Finalidade dos expedientes oficiais; Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero; Pronomes de tratamento	35

Noções de Tecnologia da Informação

1.	Noções de sistema operacional (Windows)	51
2.	Aplicativos Microsoft Office 365. Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Teams, Onedrive e SharePoint	72
3.	Redes de computadores. Programas de navegação (Google Chrome e Edge). Sítios de busca e pesquisa na internet	89
4.	Programas de correio eletrônico (Outlook Express)	93
5.	Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	94
6.	Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011)	108
7.	Decreto nº 7.724/2012	115
8.	Serviços públicos digitais	127

Ética no serviço público

1.	Ética e moral. Ética, princípios e valores	133
2.	Ética e democracia. Exercício da cidadania.....	135
3.	Ética e função pública. Ética no setor público.....	137
4.	Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994)	139
5.	Assédio no serviço público. Definição e tipos de assédio. Impactos do assédio no ambiente de trabalho. Estratégias de prevenção e combate	141
6.	Discriminação no serviço público. Tipos de discriminação. Consequências da discriminação. Promoção de igualdade e diversidade.....	143

Licenciamento Ambiental Federal

1.	Socioantropologia no licenciamento ambiental	149
2.	Conceitos fundadores: cultura, indivíduo, comunidade e sociedade	153
3.	Conflito e movimentos sociais; Dinâmica e mudança social.....	158
4.	Estrutura social e etnologia brasileira.....	162
5.	Relação entre meio ambiente e organização social.....	166
6.	Papel do território: planejamento ambiental e territorial, urbanismo, vocação e uso do solo	170
7.	Noções de pesquisa social: teoria, método, análise de dados qualitativos e quantitativos, definição de indicadores	174
8.	Estado e sociedade	180
9.	Demografia, economia e sociologia; Direitos humanos e políticas públicas.....	180
10.	Políticas sociais, Estado de bem-estar social, desenvolvimento agrário.....	185
11.	Economia do setor público	189
12.	Identidade cultural e multiculturalismo no Brasil.....	192
13.	Equilíbrio entre equidade social e competitividade econômica	196
14.	Caracterização da sociedade brasileira	200
15.	Dinâmica populacional: transição demográfica, migrações, fecundidade, mortalidade	203
16.	Organização geoeconômica no Brasil	208
17.	Distribuição de renda e PIB; Desenvolvimento nacional	212
18.	Desenvolvimento nacional.....	217
19.	Questão agrária: estrutura fundiária e sociedade rural.....	221
20.	Impactos sociais e econômicos de grandes empreendimentos.....	225
21.	Análise social e econômica de projetos	226
22.	Economia ambiental	227
23.	Licenciamento ambiental e avaliação de impacto	229
24.	Licenciamento ambiental federal: conceitos, finalidades, procedimentos, etapas e competênci.....	230
25.	Avaliação de impactos ambientais: metodologias principais e aplicação.....	231
26.	EIA/RIMA: critérios e métodos de elaboração	232
27.	Gestão e mitigação ambiental: plano de gestão, análise de risco, compensação, mitigação e recuperação de áreas degradadas	236
28.	Monitoramento ambiental	242
29.	Cartografia e sensoriamento; Levantamentos, SIG e análise de paisagens; Ecossistemas e fitogeografia: ecossistemas brasileiros, fitossociologia, flora e fauna.....	246
30.	Geologia e geotecnica: geologia ambiental, riscos geológicos E processos erosivos	251
31.	Climatologia e mudanças climáticas: mitigação e adaptação	255
32.	Hidrologia e hidrogeologia: ciclo hidrológico, águas subterrâneas, poluição hídrica	256
33.	Química e poluição ambiental: poluição do solo, água e ar, resíduos e emissões.....	261
34.	Energia e infraestrutura: matriz energética, energias renováveis, infraestrutura viária e projetos de construção civil	266

Material Digital

Legislação Ambiental

1.	Lei nº 7.735/1989 (criação do IBAMA).....	3
2.	Lei nº 6.938/1981 e suas alterações (Política Nacional do Meio Ambiente)	3
3.	Lei nº 9.605/1998 e Decreto nº 6.514/2008 (Lei dos Crimes Ambientais)	9
4.	Licenciamento ambiental: Lei Complementar nº 140/2011 (competências ambientais) e Resolução CONAMA nº 237/1997 e suas alterações	36
5.	EIA/RIMA: Resolução CONAMA nº 01/1986 e suas alterações.....	45
6.	Lei nº 10.410/2002 (criação da carreira de especialista em meio ambiente).....	47
7.	Lei nº 13.019/2014 (regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública)	50
8.	Lei nº 12.651/2012 (proteção da vegetação nativa).....	66
9.	Decreto nº 11.367/2023 (Comissão Interministerial Permanente para prevenir e controlar o desmatamento, entre outros)	85
10.	Recursos hídricos - Lei nº 9.433/1997 e suas alterações	88
11.	Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)	94
12.	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).....	102
13.	Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795/1999)	113
14.	O Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	116

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um fiw, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

AMOSTRA

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescrita de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar um diálogo entre diferentes obras, épocas, autores e gêneros, tornando a literatura e outros tipos de textos mais dinâmicos e multifacetados.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (WINDOWS)

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

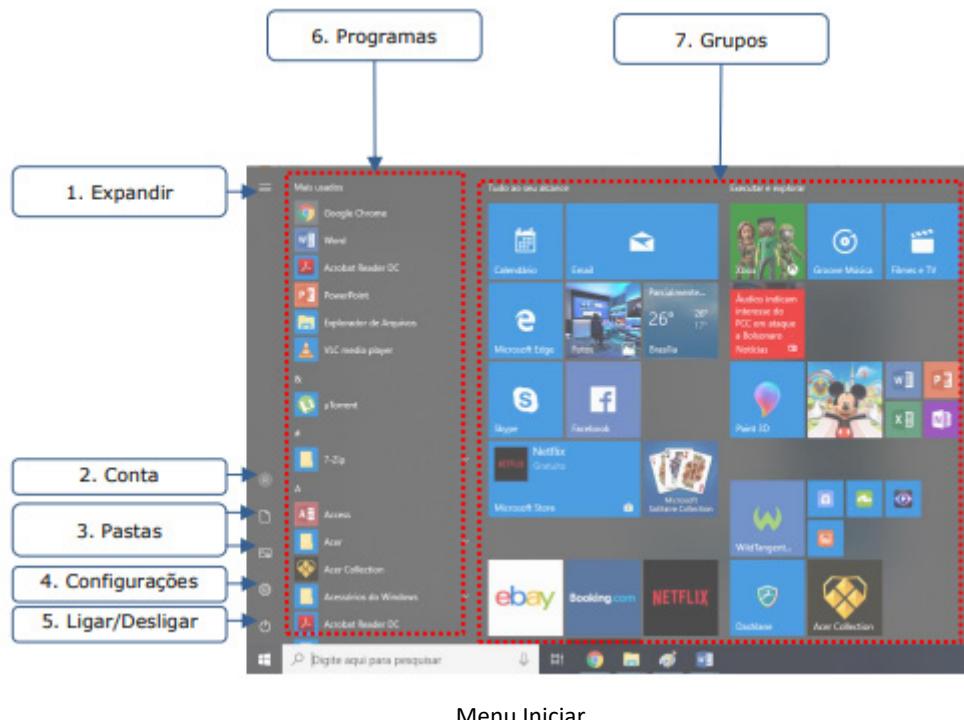
- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

AMOSTRA

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

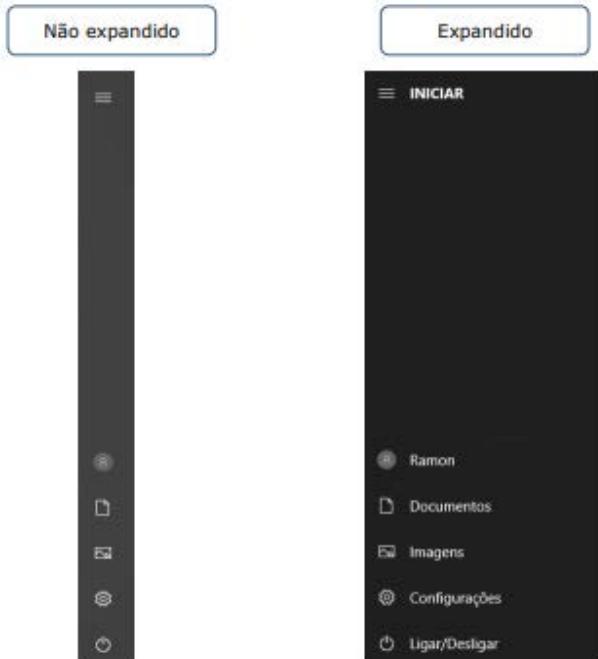
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

ÉTICA E MORAL. ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana *mores*, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

¹[NALINI, José Renato. *Conceito de Ética*. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc.]

[ADOLFO SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Ética, p. 12. Para o autor, Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.]

[Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (*Filosofia do direito*, p. 73, ao citar o *Vocabulaire de la philosophie*, de LALANDE).]

[EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa, p. 12.]

ÉTICA

Ethos (grego): caráter, morada do ser;

Disciplina filosófica (parte da filosofia);

Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;

Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;

Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;

Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego *Mos* ou *Morus*, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

Em resumo:

- Ética - mais ampla - filosofia moral - reflexão;
- Moral - parte da Ética - realização efetiva e cotidiana dos valores - ação.

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretrizes morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale¹: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se comprehende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

¹[REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.]

AMOSTRA

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abranger outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as incorporadas pelo Direito aceitam a coação, que é a sanção aplicada pelo Estado. Sob o aspecto do conteúdo, muitas das regras jurídicas são compostas por postulados morais, isto é, envolvem os mesmos valores e exteriorizam os mesmos princípios.

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretrizes morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale[REALE, Miguel. Filosofia do direito. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.]: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se comprehende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abranger outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as incorporadas pelo Direito aceitam a coação, que é a sanção aplicada pelo Estado. Sob o aspecto do conteúdo, muitas das regras jurídicas são compostas por postulados morais, isto é, envolvem os mesmos valores e exteriorizam os mesmos princípios.

MORAL
Mos (latim, plural mores): costume;
Regulação (normatização), comportamentos considerados como adequados a determinado grupo social;
Prática (pragmática), particular;
Dependência espaço – temporal (relativa); caráter histórico e social.

A ética geral e profissional é um tema fundamental para o campo da administração. É através dela que se estabelecem as normas e princípios que norteiam as ações dos profissionais em suas atividades diárias. A ética pode ser definida como o conjunto de valores morais que orientam o comportamento humano, respeitando a dignidade e os direitos das pessoas, e promovendo o bem-estar social.

No contexto da administração, a ética profissional é essencial para garantir a integridade e a credibilidade do profissional. A ética profissional engloba todas as atividades desempenhadas

entre outros. Esses profissionais precisam seguir um código de ética que oriente suas ações no exercício de suas atividades, a fim de promover o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a ética profissional é um conjunto de princípios e regras que visam estabelecer padrões de conduta ética para os profissionais de uma determinada área. Esses padrões são estabelecidos pelas instituições de classe, como os conselhos profissionais, que regulamentam o exercício da profissão e estabelecem as normas éticas que devem ser seguidas pelos profissionais.

Os fundamentos da ética profissional incluem a integridade, a honestidade, a justiça, a transparéncia, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos. A integridade é a base da ética profissional, e se refere à honestidade e à coerência entre o que se pensa, fala e faz. A honestidade é um valor essencial para a construção da confiança entre as pessoas e para a promoção de relações éticas. A justiça se refere ao respeito às leis e às normas, além de garantir a equidade nas relações entre as pessoas.

A transparéncia é outro valor fundamental para a ética profissional, pois permite que as pessoas envolvidas em uma determinada atividade tenham acesso a todas as informações relevantes para a tomada de decisões. A responsabilidade se refere à capacidade de responder pelos próprios atos, assumindo as consequências de suas ações. Por fim, o respeito aos direitos humanos é um valor essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas.

Portanto, a ética geral e profissional é um tema de extrema importância para a administração, pois está relacionada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de garantir a integridade e a credibilidade dos profissionais. A adoção de práticas éticas na administração é fundamental para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento das organizações e da sociedade como um todo.

Princípios, Valores e Virtudes

Princípios são preceitos, leis ou pressupostos considerados universais que definem as regras pela qual uma sociedade civilizada deve se orientar.

Em qualquer lugar do mundo, princípios são incontestáveis, pois, quando adotados não oferecem resistência alguma. Entende-se que a adoção desses princípios está em consonância com o pensamento da sociedade e vale tanto para a elaboração da constituição de um país quanto para acordos políticos entre as nações ou estatutos de condomínio.

O princípios se aplicam em todas as esferas, pessoa, profissional e social, eis alguns exemplos: amor, felicidade, liberdade, paz e plenitude são exemplos de princípios considerados universais.

Como cidadãos – pessoas e profissionais -, esses princípios fazem parte da nossa existência e durante uma vida estaremos lutando para torná-los inabaláveis. Temos direito a todos eles, contudo, por razões diversas, eles não surgem de graça. A base dos nossos princípios é construída no seio da família e, em muitos casos, eles se perdem no meio do caminho.

De maneira geral, os princípios regem a nossa existência e são comuns a todos os povos, culturas, eras e religiões, queiramos ou não. Quem age diferente ou em desacordo com os princípios universais acaba sendo punido pela sociedade e sofre todas as

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL

SOCIOANTROPOLOGIA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL - OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

O licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil. Ele busca assegurar que empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente sejam previamente avaliados, regulamentados e monitorados. Muito mais do que um procedimento técnico-burocrático, o licenciamento envolve uma análise ampla dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

► Conceito e fundamentos do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental pode ser definido como um processo administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a instalação, ampliação, modificação ou operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Seu fundamento está na necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225. A legislação infraconstitucional também estabelece regras específicas, como a Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

O objetivo geral é prevenir, mitigar e, quando possível, compensar os impactos ambientais antes que eles ocorram, promovendo um planejamento mais sustentável das ações humanas sobre os ecossistemas.

Objetivos específicos do licenciamento ambiental:

- **Avaliar impactos ambientais:** identificar previamente os efeitos que determinada atividade pode causar no meio físico, biótico e socioeconômico.
- **Estabelecer condicionantes:** definir medidas técnicas, operacionais e legais que o empreendedor deve cumprir para reduzir ou evitar danos.
- **Promover o controle social:** assegurar a participação da sociedade nos processos decisórios, por meio de audiências públicas e consultas.
- **Viabilizar o desenvolvimento sustentável:** garantir que o crescimento econômico ocorra com responsabilidade ambiental e social.
- **Instrumentalizar o poder público:** fornecer aos órgãos ambientais ferramentas legais e técnicas para fiscalizar e acompanhar as atividades licenciadas.

► Fases do processo de licenciamento

O processo de licenciamento ambiental normalmente é dividido em três fases principais, embora haja variações dependendo do tipo de empreendimento e da legislação estadual ou municipal:

Licença Prévia (LP):

Concedida na fase de planejamento do empreendimento, a LP aprova a viabilidade ambiental da proposta, define os requisitos básicos a serem seguidos e exige a realização de estudos prévios, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quando necessários.

Licença de Instalação (LI):

Autoriza a implantação do projeto de acordo com as especificações técnicas aprovadas. É nessa fase que o empreendedor começa a construir ou adaptar a estrutura física da atividade.

Licença de Operação (LO):

Permite que a atividade entre em funcionamento, desde que atendidas todas as exigências feitas nas etapas anteriores. A LO só é concedida após vistorias e análises técnicas que comprovem o cumprimento das condicionantes estabelecidas.

Há ainda casos em que o licenciamento é feito por meio de procedimentos simplificados, como a Licença Única, principalmente para empreendimentos de menor impacto ambiental.

► Órgãos responsáveis e competências

No Brasil, o licenciamento pode ser de competência federal, estadual ou municipal, conforme a natureza e abrangência do empreendimento. Os principais órgãos envolvidos são:

- **IBAMA (nível federal):** atua em casos de impacto ambiental em mais de um estado ou em áreas de competência da União.
- **Órgãos estaduais (como secretarias de meio ambiente):** responsáveis pela maior parte dos licenciamentos.
- **Órgãos municipais:** licenciam atividades de impacto local, conforme regulamentação específica.

Também participam do processo outros atores institucionais, como o Ministério Público, conselhos ambientais, comunidades locais e povos tradicionais.

► Integração com outros instrumentos de gestão ambiental

O licenciamento ambiental não atua isoladamente. Ele se articula com diversos outros instrumentos da política ambiental,

AMOSTRA

- Avaliação ambiental estratégica
- Planos diretores municipais
- Cadastro Técnico Federal

Essa integração é fundamental para que o licenciamento não seja apenas um rito formal, mas uma ferramenta de gestão territorial e de governança ambiental.

Compreender o licenciamento ambiental em sua dimensão completa é fundamental para qualquer estudo ou intervenção que envolva as relações entre sociedade e meio ambiente. Trata-se de um processo técnico, jurídico e social que busca promover decisões mais informadas e sustentáveis.

A INSERÇÃO DA SOCIOANTROPOLOGIA NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

A socioantropologia, campo do conhecimento que une a sociologia e a antropologia, tem se tornado cada vez mais relevante nos processos de licenciamento ambiental. Isso porque os impactos de grandes empreendimentos não se limitam ao meio físico ou biológico. Eles atingem diretamente as formas de vida, os modos de organização social, as relações culturais e o pertencimento das populações que habitam os territórios afetados.

► Por que incluir a socioantropologia no licenciamento ambiental

Tradicionalmente, o licenciamento ambiental no Brasil priorizou aspectos técnicos ligados ao meio natural: solo, água, fauna, flora e clima. Porém, com o tempo, percebeu-se que empreendimentos como hidrelétricas, estradas, mineradoras e portos provocam impactos significativos sobre populações humanas, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais, comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos socialmente vulneráveis.

A socioantropologia oferece ferramentas conceituais e metodológicas para:

- Analisar os modos de vida das populações afetadas.
- Compreender o território como espaço simbólico, cultural e social, não apenas físico.
- Identificar relações de poder, desigualdades e dinâmicas sociais complexas.
- Mediar o diálogo entre comunidades e empreendedores de forma mais sensível às realidades locais.

Quem são os sujeitos impactados:

Os sujeitos que mais demandam uma análise socioantropológica aprofundada são:

- Povos indígenas
- Quilombolas
- Comunidades ribeirinhas
- Pescadores artesanais
- Populações campesinas
- Moradores de periferias urbanas

Esses grupos muitas vezes não são considerados nos modelos padronizados de avaliação de impacto, o que pode levar a conflitos, deslocamentos forçados, perdas culturais e até violência institucional.

A inserção da socioantropologia permite, portanto, dar visibilidade a esses sujeitos e garantir que suas vozes sejam levadas em conta no processo decisório.

► Marco normativo e institucional da abordagem social no licenciamento

Diversas normas e diretrizes reconhecem a importância da dimensão social no licenciamento:

- A Resolução CONAMA 01/1986 já previa a análise de impactos socioeconômicos nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA).
- A Convenção 169 da OIT (ratificada pelo Brasil) determina a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre projetos que afetem seus territórios.
- O Decreto nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- A Instrução Normativa nº 02/2012 da FUNAI regulamenta o componente indígena nos processos de licenciamento ambiental.

Esses dispositivos mostram que a abordagem socioantropológica deixou de ser uma recomendação técnica para se tornar uma exigência legal em muitos contextos.

► O papel dos estudos antropológicos no licenciamento

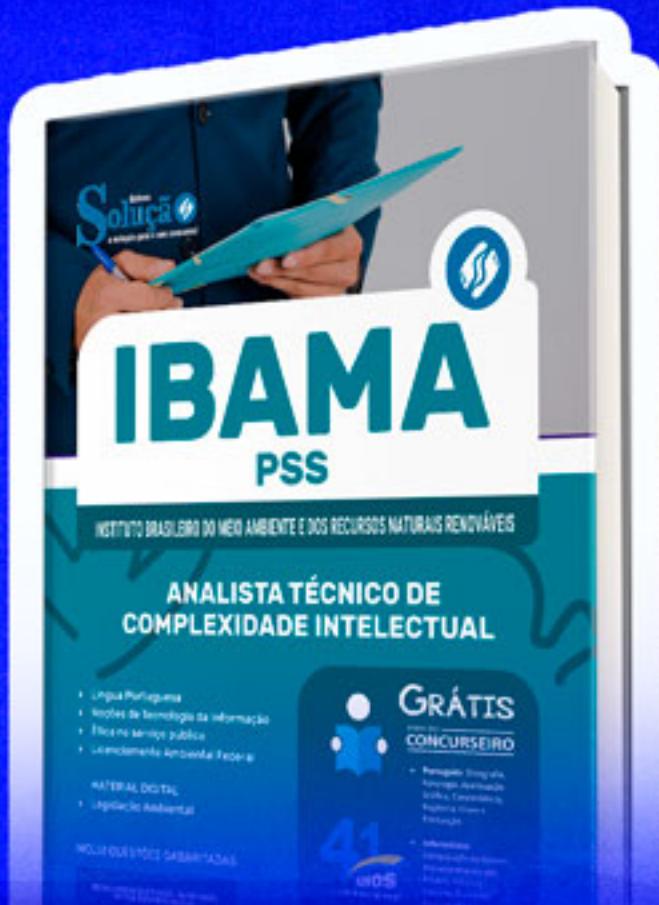
Os estudos socioantropológicos inseridos no licenciamento ambiental têm como foco principal a compreensão do território sob a perspectiva dos grupos humanos que o habitam. Eles buscam identificar:

- Formas de uso e ocupação do solo
- Práticas produtivas e relações com os recursos naturais
- Costumes, saberes tradicionais e cosmologias
- Dinâmicas de parentesco, liderança e organização social
- Sentido simbólico e identitário do território
- Percepções e narrativas sobre o empreendimento

Esses elementos são essenciais para que as medidas mitigadoras e compensatórias não sejam apenas técnicas, mas culturalmente adequadas.

► A atuação de profissionais da área de ciências sociais

No processo de licenciamento, antropólogos e sociólogos são frequentemente contratados para elaborar diagnósticos, realizar entrevistas de campo, participar de audiências públicas e produzir relatórios especializados. Seu trabalho deve ser pautado pela ética da pesquisa social, pelo respeito aos sujeitos envolvidos e pela clareza metodológica.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!